

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais**  
*Câmpus Inconfidentes*

MAÍSA GONÇALVES DE ALMEIDA

**O LIVRO DIDÁTICO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR  
DE MATEMÁTICA**

**Inconfidentes - MG**  
**2013**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais**  
*Câmpus Inconfidentes*

MAÍSA GONÇALVES DE ALMEIDA

**O LIVRO DIDÁTICO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR  
DE MATEMÁTICA**

Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerias, Câmpus  
Inconfidentes, como parte dos requisitos para obtenção  
do título de Especialista em Educação Matemática.

Orientadora: Profª Drª Audria Alessandra Bovo

**Inconfidentes - MG**  
**Ano 2013**

MAÍSA GONÇALVES DE ALMEIDA

**O USO DO LIVRO DIDÁTICO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO  
PROFESSOR DE MATEMÁTICA**

**Comissão Examinadora**

---

---

---

**Inconfidentes, MG** \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é discutir o uso do livro didático na prática pedagógica do professor de Matemática. Para tanto um questionário foi entregue a treze professores que lecionam Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental de escolas públicas de uma cidade do sul de Minas Gerais. Os dados revelaram que o livro didático está diretamente ligado a prática do professor, pois ele é amplamente utilizado nos planejamentos das aulas e nas atividades didáticas realizadas, se constituindo como um importante apoio do seu trabalho. No entanto, os dados revelaram que o livro didático não é mais sozinho o protagonista desta história. Aparece aqui a figura do CBC – Conteúdo Básico Comum – que tem se tornado a “ordem do currículo”.

## UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

Ao se falar em história do livro didático, automaticamente, nos remetemos à invenção da imprensa, por Johann Gutenberg, no século XV, sendo que antes deste fato, havia poucos exemplares de livros, pois suas cópias manuais eram muito trabalhosas. Após o grande feito de Johann Gutenberg, pôde-se, então, intensificar o processo de expansão do saber pelo mundo com mais facilidade (NEVES, 2005).

Neves (2005) ainda relata que a imprensa chegou, primeiramente, em Moscou, em 1563, depois na América (México) em 1540 e mais tarde na Índia (Goa) em 1557. No Brasil, ouviu-se pela primeira vez sobre a imprensa, em meados de 1630, quando os holandeses que ocupavam o Nordeste do país resolveram facilitar seu trabalho administrativo. Porém, em 1647, Antonio Isidoro, desembarca no Rio de Janeiro, com a intenção de obter sucesso nos negócios tipográficos. Segundo Neves (2005) ele não obteve bons resultados por vários fatores como: mão de obra qualificada escassa, condições sócio-culturais, onde poucos sabiam ler, além do fato de que Portugal queria o isolamento da colônia de qualquer influência externa.

Quando D. João chegou em 1808, tomou algumas decisões para a melhor adaptação da família real, como: abertura dos portos, criação de várias instituições de caráter cultural e a autorização da Imprensa Régia, que sob forte censura, começou a funcionar. Neste período foram lançados os primeiros jornais.

Em 12 de Julho de 1821, Portugal regulamentou a liberdade de imprensa no Brasil. Através desta regulamentação, surgiram novos jornais, revistas, almanaques e também a edição de livros, iniciando o processo de expansão no comércio de livros com um público razoável.

Neves (2005) relata o aparecimento dos primeiros didáticos matemáticos impressos no Brasil, a partir de 1809, quando foram traduzidos alguns textos europeus: Os elementos de Geometria, de Legendre, traduzido por Manoel Ferreira Guimarães; Tratado de trigonometria, também de Legendre; Os elementos de Álgebra, de Leonhard Euler; O Tratado de Aritmética, de Lacroix e Os Elementos de Geometria Descritiva.

Segundo Valente (2008), nos anos 1740 foram escritos os dois primeiros didáticos de Matemática no país. Ele explica que, por volta de 1699, a Coroa Portuguesa estava muito preocupada com a defesa da Colônia, sendo necessário que no Brasil houvesse oficiais bem

treinados no manuseio das peças de artilharia e com competência para construir fortes. Tanto que em agosto em 1738 tornou-se obrigatório para nomeação ou promoção militar a aprovação na *Aula de Artilharia e Fortificações*. No entanto, uma das dificuldades da época é que não haviam textos didáticos para a instrução militar, apenas “*tratados pesados e volumosos*” (VALENTE, 2008, p. 140). Foi quando, então, o militar português José Fernandes Alpoim, ao acumular experiência pedagógica, ministrando esses cursos, escreveu dois livros, considerados pela comunidade acadêmica, como os primeiros livros didáticos de Matemática escritos no Brasil (VALENTE, 2008). Trata-se dos títulos: *Exame de Artilheiros* (1744) e *Exame de Bombeiros* (1748).

VALENTE (2005) também explica que até meados de 1920 a maior referência em livros didáticos era o Rio de Janeiro. A partir de 1926, com a criação da Companhia Editora Nacional, em São Paulo, surge uma nova fase no mercado editorial brasileiro: a Nacional trouxe inovações em muitos aspectos, desde a concepção, a produção, a distribuição e, principalmente, a divulgação dos livros didáticos.

Outro marco importante na história do livro didático no país se refere à criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) em 1938, no governo de Getúlio Vargas (SOARES & ROCHA, 2005). Esta comissão tinha por finalidade instituir um sistema de avaliação dos livros, impedindo que os livros “não autorizados” fossem adotados nas escolas públicas ou particulares. Acreditava-se que quem controlasse o sistema educacional, teria o poder de controlar o ser humano, moldando-o com seus próprios conceitos. De acordo com Carvalho (2008) a CNLD não examinava a qualidade dos livros, mas sim verificava se os livros didáticos publicados seguiam os programas oficiais de ensino.

Um passo importante foi dado na criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985, que somente distribuía os livros didáticos sem nenhuma avaliação. Foi somente em 1994 que os didáticos passaram a ser avaliados, com a publicação do documento *Definição de Critérios para a avaliação dos livros didáticos*. Em Matemática esses critérios são seguidos até hoje, com aperfeiçoamentos. Em 1999, houve a criação da *Comissão Técnica do Livro Didático*, com o intuito de supervisionar as avaliações e assessorar o Ministério da Educação. Esta comissão publicou em 2002 o documento *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*.

O processo de escolha dos livros didáticos nas escolas é atualmente bem democrático, pois é feito pelos próprios professores. As avaliações realizadas pelo MEC têm ajudado significativamente para a melhoria da qualidade dos livros didáticos.

## AS FUNÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO

O livro didático tem sido um dos principais instrumentos de apoio ao trabalho docente. Apesar de o livro didático ser considerado um objeto de caráter bem familiar a sua definição pode ser bem complexa, segundo Choppin (2004, p. 549), devido a diversidade do vocabulário e a instabilidade dos usos lexicais:

Na maioria das línguas, o “livro didático” é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível explicitar as características específicas que podem estar relacionadas a cada uma das denominações, tanto mais que as palavras quase sempre sobrevivem àquilo que elas designaram por um determinado tempo. Inversamente, a utilização de uma mesma palavra não se refere sempre a um mesmo objeto, e a perspectiva diacrônica (que se desenvolve concomitantemente à evolução do léxico) aumenta ainda mais essas ambiguidades. Alguns pesquisadores se esforçaram em esclarecer essas questões e estabelecer tipologias, mas constata-se que a maior parte deles se omite em definir, mesmo que sucintamente, seu objeto de estudo.

Choppin (204) também explica que os didáticos apresentam quatro funções essenciais, que podem variar conforme o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização:

1. Função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações. 2. Função instrumental: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc. 3. Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar - e, em certos casos, a doutrinar - as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, subreptícia, implícita, mas não menos eficaz. Função documental: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada - afirmação que pode ser feita com muitas reservas - em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Mais especificamente, o livro didático de Matemática tem como uma de suas funções a transmissão do saber matemático, como afirma Silva Júnior (2007, p. 13):

Dentre os materiais envolvidos nas atividades escolares que são denominados de material escolar, encontra-se o livro didático, que é utilizado sistematicamente no ambiente escolar em aulas e cursos. Estes livros didáticos vêm se consolidando como uma das duas formas de transmissão do saber matemático na escola, a comunicação oral ou pessoal e os textos escritos. Os textos escritos encontrados atualmente para este fim são de diversos contextos, entre eles podemos citar os livros didáticos para o ensino fundamental e médio, os livros textos para a graduação e os artigos para as pós-graduações. Todos eles possuem uma característica em comum: a *função de transmitir informações* matemáticas para as gerações, através de impressos.

De acordo com este autor, o livro didático é destinado a dois leitores: o professor e o aluno, sendo o professor o agente transmissor e/ou mediador dos conteúdos que estão nestes livros e o aluno, o receptor de tais conteúdos.

Em muitas situações os didáticos passam a ser os protagonistas da sala de aula, ao invés de ocuparem o papel de coadjuvantes. Em relação a esta questão Dante (1996) discute exatamente o fato de que, muitas vezes, o livro didático tem sido o principal ou o único instrumento de apoio ao trabalho docente, sendo que sua função básica deveria ser a de um instrumento “auxiliar” de aprendizagem. Isto pode ser explicado diante da situação em que muitos professores se encontram, acabam assumindo muitas salas para lecionar e ficando sem tempo para a efetiva preparação das aulas, usam os didáticos, como única fonte de suas aulas.

Particularmente, quando somos levados a refletir sobre o livro didático de Matemática, nos deparamos com uma série de questões: Qual o real papel do livro didático na prática pedagógica do professor de Matemática? Quais os usos que são feitos dele? O professor tem abusado deste recurso? Estas questões nortearam o estudo que apresentarei na próxima seção.

## O ESTUDO

Com o intuito de analisar **o livro didático na prática pedagógica do professor de Matemática** me propus a realizar uma pesquisa junto a professores que lecionam nas séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) da rede pública estadual de uma cidade do Sul de Minas Gerais.





6) Classifique a frequência com que você utiliza o livro didático *na sala de aula com os alunos*, usando os algarismos de 1 a 5, sendo: (1) para menor frequência; (5) para maior frequência:

Classificação: ( )

7) Como você escolhe os conteúdos matemáticos que vai ensinar em sala de aula?

8) Como você define a ordem, isto é, a sequência dos conteúdos que você vai trabalhar em sala de aula durante o ano?

9) Como você elabora/escolhe as questões de suas avaliações?

10) Você se preocupa em “terminar o livro” até o final do ano letivo? Justifique.

Obrigada por colaborar com a pesquisa!

Após a coleta dos questionários devidamente respondidos, parti para a análise dos resultados a qual foi realizada sob uma abordagem qualitativa. A seguir, apresento este resultado, questão por questão.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A maioria dos participantes desta pesquisa leciona em dois ou mais anos distintos nas séries finais do Ensino Fundamental. De fato, quanto mais séries diferentes o professor leciona, mais trabalho tem para preparar suas aulas, e conseqüentemente, mais tempo precisaria. No entanto, sabe-se que devido aos baixos salários da categoria, muitos professores acabam assumindo muitas aulas. Segundo Sampaio e Marin (2004), o Brasil está acima apenas da Indonésia e quase sempre empata com o Peru, na educação primária. Na educação secundária, o salário do professor no Brasil é um dos sete piores do mundo.

A maioria dos entrevistados, quase 70% tem mais de dez anos de experiência docente, isto é, o grupo pesquisado tem um tempo significativo de experiência na docência.

Observa-se que 92,3%, a maioria absoluta, lecionam no mínimo 20 aulas semanais, chegando até em 45 aulas semanais, em séries alternadas, apontando para um tempo relativamente alto. Assim, alguns professores lecionam em até dois turnos, chegando a estar até 9 horas/aula por dia, que é um tempo relativamente alto, considerando que este mesmo profissional deveria ainda ter um tempo para preparo de suas aulas.

Ao questionar se os professores utilizam o livro didático em sala de aula, a resposta foi unânime, todos os professores utilizam o Livro didático em suas aulas, mostrando que este é, como afirma Dante (1996), o principal e, em muitos casos o único instrumento de apoio ao trabalho docente.

Através da Tabela 1, podemos observar que o Livro Didático, acaba sendo um forte pilar na estrutura de uma aula de Matemática. Ele é utilizado desde o planejamento anual do professor até os exercícios para os alunos fazerem em casa, ou seja, o Livro Didático acompanha o professor antes mesmo de começar o ano letivo, no seu planejamento, até no momento em que o professor não está diretamente com o aluno, em sua casa para a realização de exercícios como tarefas em casa. Vale notar que os professores puderam marcar mais que uma opção. Por este motivo a soma das frequências relativas ultrapassam 100%.

**Tabela 1:** Formas de uso do livro didático de Matemática

Elaborar Plano Anual de ensino	61,54%
Preparo de Aulas	92,30%
Alunos fazem exercícios em classe	92,30%
Alunos fazem exercícios em casa	61,54%
Alunos lerem textos do livro	46,15%
Outras formas	7,7%

Fonte: Questionários respondidos na pesquisa.

Como observado na tabela 2, a frequência da utilização do Livro Didático em sala de aula é relativamente alta: praticamente 70% dos professores utilizam este material com frequência igual ou maior que 4, sendo a maior frequência 5. Este dado reafirma que o livro didático é o “braço direito” destes professores de Matemática.

**Tabela 2:** Frequência da utilização do Livro Didático em sala de aula

<b>Classificação</b>	<b>Quantidade de Professores</b>
5	4
4	5
3	3
2	1
1	0

Fonte: Questionários respondidos na pesquisa.

Um dado que chama a atenção neste estudo é o fato de que 92,3% dos professores deste grupo disseram que os conteúdos escolhidos para ensinar em sala de aula são norteados pelo CBC – Conteúdo Básico Comum. O CBC é a diretriz curricular do estado de Minas Gerais. Trata-se de um manual que está dividido em duas partes: a primeira faz referência ao Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano) e a segunda, refere-se ao Ensino Médio. O CBC aponta para os objetivos que devem ser alcançados pelos alunos no seu período escolar e quais conteúdos devem ser trabalhados pelo profissionais da educação. A Secretaria Estadual de Educação disponibiliza ainda o CBC Carga Horária, onde é sugerida uma quantidade de aulas para cada conteúdo em cada série. De acordo com Vanessa Guimarães Pinto, Secretária da Educação, uma de suas finalidades do CBC é:

Estabelecer os conhecimentos, as habilidades e competências a serem adquiridos pelos alunos na educação básica, bem como as metas a serem alcançadas pelo professor a cada ano, é uma condição indispensável para o sucesso de todo sistema escolar que pretenda oferecer serviços educacionais de qualidade à população. A definição dos conteúdos básicos comuns (CBC) para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio constitui um passo importante no sentido de tornar a rede estadual de ensino de Minas num sistema de alto desempenho (MINAS GERAIS, 2005).

Vanessa Guimarães Pinto ainda diz que os CBCs não esgotam todos os conteúdos a serem abordados na escola, mas expressam os aspectos fundamentais de cada disciplina, que não podem deixar de ser ensinados e que o aluno não pode deixar de aprender.

Através desta pesquisa, podemos observar que a maioria dos professores busca no CBC a referência principal para escolher o conteúdo a ser ensinado em sala de aula.

O que chamou bastante atenção ao analisar uma das respostas foi o seguinte: *“Não escolhemos, seguimos o conteúdo Básico Comum (CBC) de Matemática do ensino Fundamental do 6º ao 9º”*. Pode-se observar o peso que o CBC tem dentro de uma sala de aula, estabelecendo a “ordem do currículo”, isto é, o que vai ser dado, a sequência, o tempo gasto e as atividades desenvolvidas.

Quando questionados sobre a sequência dos conteúdos que trabalham durante o ano, pôde-se observar que quase 70% dos professores questionados, buscam o CBC, o Livro Didático e o Planejamento Anual, para definir a sequência dos conteúdos. Muitos professores revelam que fazem adaptações do Livro Didático ao CBC.

Quanto a elaboração das questões para avaliações, se obteve respostas variadas: alguns utilizam a internet como recurso para encontrar questões diferenciadas, outros retiram algumas questões do próprio Livro Didático “modificando um pouco”, mas o que chama mais

a atenção é que as avaliações são direcionadas para o treinamento e para a realização das avaliações externas. Percebe-se a preocupação dos professores em relação ao bom desempenho dos seus alunos nestas avaliações. Muitos buscam questões similares às avaliações externas para que os seus alunos se acostumem com elas.

A maioria dos professores não se preocupa em “terminar o livro”, pois ficam mais preocupados com cumprimento do planejamento anual, para não ficarem conteúdos pendentes para o próximo ano.

Foi a partir das respostas apresentadas neste artigo que podemos levantar uma nova questão: até onde o CBC influencia a prática pedagógica do professor na sala de aula? Será que as escolhas dos Livros Didáticos têm se relacionado com o CBC?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste artigo é de saber como é a efetiva utilização do Livro Didático em sala de aula, se tem sido usado como um apoio ao docente ou se na realidade tem “abusado” deste instrumento de auxílio. Os dados revelaram que o livro didático está muito presente na sala de aula de Matemática: desde o planejamento do professor, passando pelas atividades realizadas em classe e até mesmo em casa. No entanto, pudemos observar que no caso dos participantes desta pesquisa, o livro didático tem perdido um pouco da sua “força” para o CBC. Este guia, que por muitas vezes tem tirado o sono dos colegas professores, aparece agora também como protagonista desta história.

Como professora atuante, posso aqui relatar que por muitas vezes já ouvi que o CBC tem que ser o nosso “livro de cabeceira”. De tanto utilizá-lo, acabamos decorando os eixos temáticos, temas, tópicos, habilidades... Para o leitor ter uma ideia, no momento em que realizamos o nosso Plano Diário de aula devemos mencionar o Eixo Temático, o tema, os tópicos utilizados na referida aula, bem como a habilidade que se pretende alcançar ao ministrar esta aula de acordo com o CBC. Periodicamente o nosso caderno de Plano de Aula é recolhido e vistado pela supervisora que verifica, entre outros itens, se temos utilizado ou não o CBC. Isso explica as respostas apresentadas pelos participantes desta pesquisa.

Infelizmente, conforme afirma Bovo (2011) estes dados revelam a precarização do trabalho docente uma vez que os professores, a cada dia, exercem menos sua autonomia, se comportando como robôs, simplesmente executando tarefas: *“Mais uma vez, temos o professor robô que apenas executa ordens. Ele cumpre o que está descrito na apostila ou no*

livro. *Toda uma rede de vigilância é instaurada para garantir o sucesso da operação*” (BOVO, 2011, p. 143).

É nesse sentido que destaco a importância da formação continuada do professor. O profissional na área de educação precisa estar em contato constantemente com a formação continuada para que possam se atualizar e ter conhecimento das novas metodologias, novas abordagens, se aprofundar nas novas tendências da Educação Matemática que estão sendo descobertos a todos os dias, sem contar nas experiências que podem ser compartilhadas neste ambiente, sendo um ambiente onde haja mais a praticidade. Como explica CARNEIRO (1998):

A formação continuada para professores iniciantes tem o importante papel de ajudá-los no enfrentamento do sistema. As discussões coletivas, assim como a escrita dos diários auxiliam na reflexão sobre as ações e sobre as reflexões que as professoras efetuam durante as ações diárias tanto de planejamento quanto na sala de aula. Para os veteranos, a formação continuada tem sentido quando vai ao encontro dos questionamentos e do pedido de socorro dos professores inquietos. (CARNEIRO, 1998, p.8e 9).

Como afirma CARNEIRO (1998), a formação continuada pode contribuir grandemente para elevar a auto-estima do professor, proporcionando respeito próprio e identidade, proporcionando sua autonomia. Esta possibilidade pode ajudar o professor a não ser tão dependente do Livro Didático e utilizá-lo com a finalidade que foi criado, como um instrumento de auxílio e não “o principal”, e para que isso possa acontecer, temos que sair da nossa cadeira de comodismo, e começar a fazer a diferença onde estamos, não podemos esperar o sistema mudar, temos que começar a mudar o sistema.

Nossa esperança está na formação de um professor com auto-estima, reflexivo, inovador, com novas concepções de Matemática e de ensino -aprendizagem, que, participando de um coletivo e transformando-se junto com ele, venha a mudar a escola que aí está. (CARNEIRO1998, p. 9).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOVO, A. A. **Abrindo a caixa preta da escola: uma discussão acerca da cultura escolar e da prática pedagógica do professor de Matemática.** 2011. 184f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências Exatas, campus de Rio Claro, Rio Claro, 2012.

CARNEIRO, C.G. **Formação Continuada de Professores de Matemática: Limites e Possibilidades** (Publicado nos Anais do I Seminário de Pesquisa em Educação - Região Sul,

organizado pelo Fórum dos Coordenadores de Pós-Graduação e Associação Nacional dos Profissionais em Educação- ANPED, Florianópolis, 1998. CD-ROM)

CARVALHO, J. B.P., Políticas Públicas e o Livro Didático de Matemática., **Bolema**, Rio Claro – SP, v. 21, n. 29, abr. 2008.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, p. 549-566, set./dez. 2004.

DANTE, L. R., Livro didático de Matemática: uso ou abuso?, **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n. 69, jan./mar. 1996

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Conteúdo Básico Comum** (2005). Educação Básica - Ensino Fundamental (5a a 8a séries), 2005.

NEVES, E. R. C., **Uma trajetória pela História da Atividade Editorial Brasileira**: Livro Didático de Matemática, autores e editoras. Tese (Mestrado em Ensino da Matemática) – PUC – São Paulo – SP, 2005.

SAMPAIO; M. M. F.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. In **Educação & Sociedade**, vol.25 no.89. Campinas Sept./Dec. 2004.

SILVA JUNIOR, G.C. O Livro Didático de Matemática e o tempo. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 1, p.13-21, 2007.

SOARES & ROCHA, As políticas de avaliação do livro didático na Era Vargas: a Comissão Nacional do Livro Didático, **ZETETIKE**, Cempem – FE – Unicamp – v. 13 – n. 24 – jul./dez. 2005.

VALENTE, W. R., Livro Didático e educação matemática: uma história inseparável, **ZETETIKE**, Cempem – FE – Unicamp – v. 16 – n. 30 – jul./dez. 2008.